Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Campus Palmas

PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSU* EM DECOLONIALIDADE: Educação, Territórios, Saberes e Existências

Diplomação: Especialista em DECOLONIALIDADE: Educação, Territórios, Saberes e Existências

Área do Conhecimento CAPES/CNPq: 7.00.00.00 - Ciências Humanas

Modalidade: EaD

Curso autorizado pela Resolução CONSUP/IFTO n.º 462, de 21 de outubro de 2026.

PPC APLICADO PARA ESTUDANTES INGRESSANTES A PARTIR DE 2026/2

PALMAS – TO

2026

AE 310 Sul, Avenida LO 05, s/n, Plano Diretor Sul
Palmas – TO CEP: 77.021-090
Telefone: (63) 3236-4009 | E-mail: palmas@ifto.edu.br

2ª Edição

Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

Weimar da Silva Castilho

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI)

Hellen Souza Luz

Pró-reitora de Ensino

Kleyton Matos Moreira

Pró-reitor de Extensão

Juliana Ferreira de Queiroz

Pró-reitora de Administração

Mirian Peixoto Soares da Silva

Pró-reitora de Assuntos Estudantis

Elen Oliveira Vianna

Diretora de Pesquisa e Pós-graduação (DPP)

Antonio Da Luz Júnior

Diretor de Centro de Referência em Ensino a Distância (CREAD)

Noemi Barreto Sales Zukowski

Diretora-geral do Campus Palmas

Fagno Alves Fonseca

Diretor de Ensino do Campus Palmas

Giulliano Guimarães Silva

Diretor de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do Campus Palmas

Equipe Técnica: Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-graduação
Lato Sensu em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências
Designada pela Portaria n.º 818/2025, de 19 de novembro de 2025.

Membros(as):

Nome do Servidor	Formação	SIAPE	Participação	Aderência Com O Curso?
Juliana Abrão da Silva Castilho	Licenciatura em Sociologia	2821073	Presidente	SIM
Carlos Eduardo Panosso	Licenciatura em Sociologia	2534582	Membro	SIM
Deine Danielle Lelis Gori	Ciências Econômicas e Direito e Mestrado em Educação EPT	1894567	Membro	SIM
Fabrício Barroso dos Santos	Licenciatura em História	3002241	Membro	SIM
Khellen Cristina Pires Correia	Licenciatura em Educação Física	1981696	Membro	SIM
Loulou Hibrahim Elias	Pedagogia	1606425	Membro	SIM
Mariane Freiesleben	Licenciatura em Geografia	1805665	Membro	SIM
Patrícia Amanda Serafim	Licenciatura em Educação Física	3323348	Membro	SIM
Patrícia de Jesus Sales	Licenciatura em Geografia	1299601	Membro	SIM
Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal	Licenciatura em Letras	1646019	Membro e Revisora linguística	SIM

Sumário

APRESENTAÇÃO 5

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E CURSO 7
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 7
1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 8
1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DE REFERÊNCIA 9
1.4. JUSTIFICATIVA 10
1.5 OBJETIVOS DO CURSO 13
1.6. REQUISITOS DE ACESSO 14
1.7 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES 15

2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 15
2.1. CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 15
2.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 16
2.3 PERFIL DO EGRESSO 17
2.4. MATRIZ CURRICULAR 18
2.5. METODOLOGIA 20
2.6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 22
2.7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 22
2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES 22
2.9. AVALIAÇÃO 22
2.10. CERTIFICAÇÃO 22
2.11. DO DESLIGAMENTO DO CURSO 23
2.12. PERÍODO E PERIODICIDADE 24

3. DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO 24
3.1. PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO 24
3.2. PERFIL DO CORPO DOCENTE 24
3.3. PERFIL DO CORPO TÉCNICO 26
3.4. PERFIL DO TUTOR À DISTÂNCIA 26

4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA 26

5. BIBLIOTECA 26

6. SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO 27

7. UNIDADES CURRICULARES COM EMENTÁRIO E COMPETÊNCIAS DESEJÁVEIS 27

8. DO COLEGIADO DE CURSO 30

9. RELATÓRIO SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL 31

10. RELATÓRIO SOBRE ÊXITO ESTUDANTIL 31
REFERÊNCIAS 31
APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO 33
APÊNDICE B - BIBLIOGRAFIA PROGRAMÁTICA 40
APÊNDICE C - Portaria de composição da Comissão de Elaboração do PPC 43
APÊNDICE D - Comissão de Estruturação do Processo Seletivo 44

APRESENTAÇÃO

No Estado do Tocantins, anterior ao ano de 2008, fazia parte da Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas) e Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA). Com a Lei n.º 11.892/2008, essas duas escolas foram credenciadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), passando a ser cada uma delas um *campus* do IFTO. Hoje, o IFTO conta com onze unidades educacionais, sendo: *Campus* Araguaína, *Campus* Araguatins, *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, *Campus* Avançado Pedro Afonso, *Campus* Colinas, *Campus* Dianópolis, *Campus* Gurupi, *Campus* Palmas, *Campus* Paraíso do Tocantins, *Campus* Porto Nacional e Centro de Referência em Educação à Distância (Cread), além de Polos de Apoio à Educação à Distância. A Reitoria do IFTO está situada na capital do Estado, Palmas - TO.

Os Institutos Federais (IF) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com atuação em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas tendo por objetivo ampliar as oportunidades para milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação, promovendo mudanças com um modelo pedagógico que prima pela qualidade.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, atua em vários níveis e modalidades de ensino, oferecendo atualmente educação profissional de nível médio, nas articulações integrada, subsequente e concomitante; oferta de cursos técnicos de nível médio na modalidade PROEJA e EaD, e cursos superiores de Bacharelado, Licenciatura e de Tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia. O IFTO oferece ainda cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, visando o aperfeiçoamento acadêmico voltado para autonomia intelectual e investigativa e para produção científica e sociocultural. O IFTO, nesse contexto, busca a excelência dos propósitos para os quais foi criado, isto é, de colaborar no desenvolvimento educacional, científico, tecnológico e sociocultural no Tocantins e, por conseguinte, da região Norte do Brasil.

Na área da Pós-graduação *Lato Sensu*, as diversas unidades do IFTO vêm se dedicando no sentido de aumentar a oferta de cursos e produção científica. No primeiro semestre de 2011 o IFTO passou a ofertar, no *Campus* Palmas, uma Especialização em Telemática voltada para profissionais das áreas de Telecomunicações e de Informática, objetivando a integração entre essas áreas e atender a demanda de qualificação de profissionais para futuramente oferecer um mestrado profissionalizante. No *Campus* Araguaína, o curso de

Pós-graduação *Lato Sensu* de Formação Docente em Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável foi autorizado a funcionar através da Resolução n.º 37/2017/CONSUP/IFTO, de 21 de junho de 2017. O Campus Gurupi, entre 2013 e 2014, ofertou a Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos na modalidade EaD e, atualmente, oferece o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Arte Educação. Em 2014, o *Campus* Paraíso do Tocantins passou a ofertar o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, enquanto o *Campus* Colinas do Tocantins teve o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Agropecuária Sustentável aprovado pela Resolução n.º 58/2017/CONSUP/IFTO, de 18 de setembro de 2017.

O *Campus* Palmas do IFTO, no intuito de expandir a oferta de cursos de Pós-graduação no âmbito desta Instituição, vem com o objetivo de ofertar, a partir do ano de 2026, o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências, de modo a atender um público amplo que necessita de aprimoramento profissional.

Com base no seu papel e sabendo da necessidade do mercado por profissionais habilitados a atuar na área de docência das Humanidades o IFTO – *Campus* Palmas se propõe a oferecer um curso de especialização *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências, sabendo que o sistema de pós-graduação permitirá que o profissional habilitado possa, portanto, contribuir para a construção de um pensamento autônomo e de projetos emancipatórios renovados, capazes de responder aos desafios civilizatórios do nosso tempo. Esta especialização não se encerra na outorga de um título; aspira a ser um catalisador de transformações intelectuais, éticas e políticas duradouras em seus participantes e nos espaços por eles ocupados.

O presente Projeto Político-Pedagógico (PPC) concentra a constituição do curso de Especialização em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências na modalidade à distância, referente à área de concentração Ciências Humanas, código CAPES/CNPq: 7.00.00.00 da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Este projeto pedagógico de curso define as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do curso de Especialização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas, localizado na cidade de Palmas - Tocantins.

A oferta da Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências se propõem contribuir para a formação de profissionais qualificados em áreas que demandam constante aperfeiçoamento, como as de graduados em Geografia,

História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Direito, Educação e áreas correlatas.

A relação entre a decolonialidade e o contexto tocantinense está profundamente ancorada na história de resistência de povos originários e comunidades quilombolas no Estado, que enfrentam os legados persistentes da colonização. Essa conexão se manifesta em múltiplas dimensões, como na educação escolar indígena intercultural, na reflexão crítica sobre os modelos de ocupação e uso do território e na busca por alternativas sustentáveis que confrontam o paradigma moderno-colonial.

Este programa reconhece a pluralidade de sujeitos, coletivos e individuais, territórios e percursos dialógicos de partilha, encontro e ressignificação de saberes na Amazônia Legal, bem como em outras regiões brasileiras, compreendendo povos indígenas, comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, populações do campo, ribeirinhas e das florestas, movimentos sociais e outros grupos historicamente subalternizados não apenas enquanto destinatários de políticas públicas ou como objetos de investigação, mas como sujeitos produtores de conhecimentos, práticas educativas, formas de organização social ou modos próprios de existir no território. Essa proposta busca estimular uma perspectiva compreensiva da decolonialidade, para além da percepção teórica, aproximando-se das experiências concretas de resistência, reexistência e produção de saberes.

No âmbito das políticas públicas, iniciativas em nível estadual têm fomentado o diálogo com esses grupos tradicionais. Em escala federal, a oferta deste curso de especialização representa uma oportunidade estratégica para ampliar e aprofundar essa relação, fortalecendo tanto a atuação profissional quanto as lutas por reconhecimento e transformação social.

Dessa forma, o IFTO – *Campus* Palmas deseja estimular a formação de um profissional capaz de exercer um conjunto de competências para atuar frente ao mundo produtivo e na vanguarda de políticas públicas, capazes de pensar globalmente e agir localmente.

O curso foi concebido com o intuito de formar um profissional com visão sistêmica da questão das Ciências Humanas voltada para a resolução de problemas e para o exercício da iniciativa, da criatividade, do comprometimento e da responsabilidade social. O curso é fruto também de uma profunda reflexão sobre as necessidades e as demandas do mercado de trabalho regional e busca contribuir para a formação docente.

A Especialização em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências não é um curso sobre um objeto de estudo distante. É um curso que coloca em questão as

próprias bases sobre as quais pensamos o mundo e a nós mesmos. Ele se propõe a ser um espaço de desaprendizagem ativa dos racismos, patriarcados e epistemicídios internalizados, e de aprendizado de outras formas de habitar o mundo, mais justas, plurais e menos predatórias.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Reitoria	
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
CNPJ:	10.742.006/0001-98
Endereço:	Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8
Cidade:	Palmas
UF:	TO
CEP:	77020-450
Fone:	(63) 3229-2200
E-mail:	reitoria@ifto.edu.br

Unidade Ofertante	*Campus* Palmas
Nome:	*Campus* Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
CNPJ:	10.742.006/0003-50
Endereço:	310 Sul AV NS 10 S/N Plano Diretor Sul

Cidade:	Palmas
UF:	TO
CEP:	77021-090
Fone:	(63) 3463-4038
E-mail:	palmas@ifto.edu.br

1.2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação:	Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências**.**
Área do Conhecimento CAPES/CNPq:	7.00.00.00 - Ciências Humanas
Eixo tecnológico:	Desenvolvimento Educacional e Social.
Grande área:	Educação.
Modalidade:	Ensino à Distância.
Percentual de carga-horária à distância	70%
Percentual de carga-horária presencial	10%
Percentual de carga-horária síncrona mediada	20%
carga-horária Total:	380 horas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):	60 horas
Tempo de aula	45 minutos
Regime de ensino:	Modular.
Prazo mínimo para integralização do curso:	2 períodos e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com integralização em 12 meses (Unidades curriculares) e 6 meses para apresentação do artigo final e sua submissão.
Prazo máximo para integralização do curso:	24 meses.
Início da primeira turma:	2026-2
Regime de matrícula:	Por módulos, conforme o Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e o Edital de Seleção.
Certificação conferida:	Especialista em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências**.**
Vagas:	Serão definidas em edital, respeitando o máximo de 40 vagas.
***Campus* Sede:**	*Campus* Palmas. O curso poderá ser ofertado em outros campi do IFTO ou polos parceiros, conforme definido em edital.

1.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DE REFERÊNCIA

- Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFTO 2025-2029;

- Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica);
- Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007;
- Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* (Aprovado pela Resolução n.º 31/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho de 2015);
- Resolução n.º 1, de 6 de abril de 2018 (Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei n.º 9.394/1996, e dá outras providências),
- Decreto 12.456, de 19 de maio de 2025 (dispõe sobre a oferta de educação à distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino).

1.4. JUSTIFICATIVA

Vivemos em um momento de profunda reavaliação crítica dos legados coloniais que continuam a estruturar nossas sociedades, instituições e subjetividades. A chamada "virada decolonial" emerge não como uma moda acadêmica, mas como um imperativo ético, político e epistemológico. Ela questiona a pretensa universalidade do conhecimento eurocêntrico, denuncia a "colonialidade do poder" (Quijano, 2005), que hierarquiza raças, gêneros e saberes e leva o foco para projetos de existência e conhecimento silenciados por séculos de dominação.

O IFTO, alinhado à sua missão de promover o aprimoramento contínuo por meio da oferta de educação profissional e de articular-se com as demandas regionais, propõe uma formação integral, que abrange as dimensões educacional, profissional, científica e tecnológica. Nesse contexto, justifica-se a oferta desta pós-graduação *lato sensu*, com fundamentação pedagógica, destinada a docentes das redes públicas e privadas de educação básica e profissionais do IFTO, demais técnicas, de outros espaços formativos e ao público geral interessado no campo da Decolonialidade enquanto produtora de saberes que podem ser convertidos para contextos formais e não formais da educação.

Além disso, o curso contribui para o atendimento da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (2014–2024), que determina "formar, em nível de pós-graduação, 50% dos

professores da educação básica […] e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino" (Brasil, 2014).

Segundo o Censo da Educação Superior e os índices extraídos do Mapa do Ensino Superior, as licenciaturas concentram cerca de 17,7% do total das matrículas das graduações no país, o que equivale a aproximadamente 1,7 milhão de estudantes. Destas, quase metade (49,2%) está no curso de Pedagogia, evidenciando uma forte concentração da formação inicial. O Censo Escolar indica ainda que uma parcela significativa dos professores em atividade, sobretudo no ensino médio, atua em disciplinas para as quais não possui formação específica. Em termos práticos, isso sinaliza que a universalização da formação na área de atuação – um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) – ainda não foi alcançada (SEMESP, 2024).

Em nível nacional, observa-se também uma produção expressiva e constante de graduados em áreas das Ciências Humanas, como Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Direito e licenciaturas correlatas. Muitos desses profissionais identificam lacunas em sua formação no que tange às teorias críticas contemporâneas e aos debates sobre colonialidade, racismo, gênero, território e epistemologias do Sul. A oferta desta especialização atende, portanto, a uma demanda concreta por uma qualificação que possibilite atuar com sensibilidade teórica e prática perante as dinâmicas sociais e educacionais do século XXI.

No que concerne à pós-graduação de docentes (Meta 16 do PNE), percebe-se um relativo crescimento no número de professores com títulos de pós-graduação, mas o país permanece distante de atingir a meta de qualificar 50% dos docentes até o final do ciclo do PNE – originalmente previsto para 2024 e posteriormente estendido. Os indicadores oficiais (MEC) mostram que, entre 2016 e 2020, o percentual de professores com pós-graduação saltou de cerca de 34,6% para 43,4%. Contudo, esse avanço ainda não assegura o cumprimento da Meta 16 e apresenta variações significativas entre regiões e níveis de titulação (*lato sensu* ou *stricto sensu*). A expansão da formação pós-graduada é real, porém insuficiente em magnitude e largamente desigual em sua distribuição geográfica, tornando-se incapaz de cumprir a ambição do PNE, conforme apontado pela Undime (2024).

Desde 2020, percebeu-se uma forte expansão da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, sobretudo na modalidade EaD, o que explica grande parte do aumento nos percentuais de docentes com titulação. Esse movimento demonstra que as instituições formadoras vêm acumulando experiência e contribuindo para um cenário favorável à

abertura de novos cursos. Relatórios setoriais e o Mapa do Ensino Superior no Brasil indicam crescimento contínuo das matrículas em especializações, com forte migração para a modalidade à distância – que responde pela maior parte desse crescimento. Muitos docentes buscam esse modelo por flexibilidade e custo acessível, evidenciando uma crescente "valorização por titulação" por meio de cursos de especialização *lato sensu*, em especial na modalidade EaD, e não por expansão equivalente no nível *stricto sensu* (CAPES, 2024; SEMESP, 2024).

Nesse contexto, a abertura de um curso *lato sensu* torna-se ainda mais viável, haja vista que a formação *stricto sensu* permanece concentrada regionalmente e cresceu em ritmo muito mais lento, fatores que limitam o avanço da qualificação acadêmica de nível superior entre docentes da educação básica. Conforme dados do Censo da Educação Superior, o perfil dos docentes em cursos presenciais exibe percentuais mais altos de mestres e doutores do que na modalidade EaD, onde há maior presença relativa de especialistas. É preciso ressaltar que o acesso a programas de pós-graduação *stricto sensu* continua concentrado nas regiões Sul e Sudeste, o que implica que o aumento da qualificação não alcança uniformemente os docentes da educação básica, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste (INEP, 2024).

Em se tratando das desigualdades formativas, a Região Norte e, em especial, o estado do Tocantins, apresentam fatores que limitam sobremaneira a condição formativa do magistério. Dados consolidados indicam que o Norte abarca apenas 8,5% das matrículas do ensino superior nacional e oferece menor concentração de programas de pós-graduação em todos os níveis. Os percentuais mais elevados de matrículas, especialmente em EaD, concentram-se em instituições privadas, o que inviabiliza o atendimento amplo da comunidade, dada a variabilidade nas taxas de conclusão e permanência – em geral menores do que nas demais regiões brasileiras. Essa combinação de fatores cria um cenário favorável à abertura de cursos que sirvam como porta de entrada para a formação em pesquisa e educação no nível *lato sensu*, uma vez que os docentes desta região têm menor acesso a trajetórias formativas que envolvem pesquisa e supervisão acadêmica, perpetuando assim as desigualdades no capital formativo do professorado brasileiro (SEMESP, 2024).

Pensar uma formação em decolonialidade a partir da Amazônia Legal significa considerar que o lugar de onde se produz conhecimento também atravessa a construção desse saber. O Estado e o Território reúnem experiências históricas construídas por e em disputas territoriais, pela presença e resistência de povos indígenas, comunidades quilombolas e

tradicionais e por formas de organização e atuação de saberes que nem sempre encontraram eco na produção acadêmica formal e tradicional.

No Estado do Tocantins, essa necessidade ganha contornos ainda mais urgentes. Dado que muitos profissionais residem em municípios distantes da capital Palmas e enfrentam limitações logísticas e financeiras para acessar cursos presenciais tradicionais. A flexibilidade de um curso com componentes híbridos ou à distância torna-se estratégica, pois não apenas democratiza o acesso ao conhecimento especializado, mas também valoriza as realidades locais, integrando saberes comunitários, lutas territoriais e as narrativas de povos originários e quilombolas – elementos centrais à perspectiva decolonial aqui proposta.

Assim os dados públicos são bastante coesos ao demonstrar que a formação continuada dos professores, especialmente na área de Humanidades, permanece condicionada por desigualdades estruturais que limitam o acesso a percursos formativos qualificados no norte do Brasil, particularmente no Tocantins. A abertura de novos cursos na modalidade à distância consolida-se como meio privilegiado de continuidade formativa, evidenciando não apenas uma tendência, mas uma demanda concreta diante dos obstáculos geográficos, institucionais e laborais enfrentados pelos professores da educação básica.

Portanto, a criação de um curso *lato sensu* EaD pelo IFTO representa uma resposta estratégica e socialmente orientada, que se alinha às diretrizes do Plano Nacional de Educação e ao compromisso público de fortalecimento da formação docente da instituição. Assim, ao ampliar a disponibilidade de percursos formativos acessíveis, contínuos e de qualidade, esta iniciativa reforça a vocação institucional do IFTO no combate às assimetrias regionais, reafirmando seu papel enquanto instituição pública comprometida com a democratização do conhecimento e com a valorização do magistério tocantinense.

É diante desse cenário, que a criação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências busca atender às necessidades de profissionais da educação, preparando os cursantes para atuar como agentes transformadores na construção de currículos interdisciplinares. O objetivo é incluir não apenas os conteúdos curriculares essenciais, mas também diferentes formas de desenvolver habilidades e competências integradas à prática educativa, superando visões fragmentadas do conhecimento.

A proposta justifica-se pela urgência em:

- Superar a fragmentação disciplinar: A colonialidade é um fenômeno totalizante, que impacta a economia, a cultura, a subjetividade, o espaço e as formas de saber. Torna-se fundamental, portanto, uma abordagem que articule as perspectivas da Geografia, História, Filosofia e Sociologia para compreender sua complexidade.
- Responder às demandas sociais contemporâneas: Movimentos sociais – indígenas, negros, feministas decoloniais e LGBTQIAP+ – têm colocado em evidência temas como racismo, epistemicídio, desterritorialização e violência de gênero, exigindo referenciais teóricos capazes de analisar tais questões em suas raízes históricas e estruturais.
- Formar profissionais críticos: Há uma demanda social e institucional crescente por pesquisadores, educadores, gestores e atuantes do terceiro setor com capacidade de intervenção sensível às desigualdades estruturais, bem como de formulação de políticas e práticas verdadeiramente inclusivas e reparadoras.

É perceptível, tanto na rede pública quanto privada de ensino, a atuação de docentes com sólida formação em suas áreas específicas, mas com deficiências na preparação pedagógica fundamentada em pressupostos científicos da educação. E, de acordo com a plataforma Sucupira/CAPES, na região Norte do Brasil não temos nada relacionado à Pós-graduação *Lato Sensu* que esteja associado ao tema Decolonial, como também em todo o Brasil e, por ser um tema extremamente atual e necessário, torna-se pujante esse diálogo nas áreas de humanidades.

A presente proposta de Pós-graduação em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências colaborará com a comunidade educativa para a compreensão de que o conhecimento se constrói a partir das experiências de vida no mundo. A docência, portanto, não se restringe às atividades de ensino e aprendizagem em sala de aula, mas se efetiva por meio de um processo contínuo de autoformação. Esse processo envolve a reflexão multidimensional sobre as relações entre o sujeito e seu ambiente, permitindo-lhe compreender, ressignificar e transformar a realidade ao seu redor, em colaboração direta com os verdadeiros protagonistas do fazer pedagógico: os(as) estudantes.

1.5 OBJETIVOS DO CURSO

1.5.1 Objetivo Geral

Promover a formação de profissionais da educação, buscando desconstruir práticas pedagógicas eurocêntricas e construir currículos plurais, antirracistas e emancipatórios.

1.5.2 Objetivos Específicos

1. Promover a compreensão interdisciplinar das práticas pedagógicas a partir das teorias decoloniais e pós-coloniais;

2. Analisar criticamente a produção de conhecimento a partir de perspectivas do Sul Global;

3. Estimular a pesquisa autônoma e aplicada em temas como colonialidade do ser, colonialidade do saber, colonialidade do poder, colonialidade da natureza, estudos de território, gênero, raça, interseccionalidades e epistemologias outras;

4. Formar pesquisadores e profissionais capazes de atuar em contextos acadêmicos, educacionais e sociais com perspectiva decolonial;

5. Reconhecer e valorizar saberes dos povos originários, de povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, movimentos sociais e outros grupos historicamente subalternizados, promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos, populares, comunitários e tradicionais;

6. Desenvolver práticas pedagógicas, de ensino, investigativas e extensionistas fundamentadas em perspectivas decoloniais, interculturais, participativas e territorialmente contextualizadas;

7. Compreender os territórios e os corpos como espaços de memória, identidade, representações, produção de saberes, disputas, resistências e re-existências, considerando as intersecções de marcadores sociais como: raça, gênero, classe, geração, sexualidade e territorialidade.

8. Incentivar a produção de conhecimento científico, a partir de textos de Trabalhos de Conclusão de Curso, a serem apresentados enquanto artigos acadêmicos.

1.6. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso a este curso de Pós-graduação *Lato Sensu* será realizado por meio de um processo seletivo, regulamentado em edital público, lançado pela Direção-geral do *Campus* Palmas e uma comissão do processo seletivo composta por membros da Coordenação de Curso ofertante, com o apoio da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do *Campus* Palmas, conforme regulamenta a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* vigente do IFTO e a Instrução Normativa REI/IFTO N.º 1, de 4 de maio de 2021 que institui as normas para aplicação de reserva

de vagas e ações afirmativas para ingresso em cursos de pós-graduação no âmbito do IFTO.

A comissão será designada pelo Diretor-geral do *Campus* Palmas e poderá, a qualquer momento, solicitar documentação complementar dos candidatos desde que devidamente motivada, bem como realizar editais para recomposição de turmas.

Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas, sendo destinadas, pelo menos, 30% (trinta por cento) das vagas ao sistema de ações afirmativas dentro da perspectiva de inclusão e permanência de candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, conforme regulamenta a Instrução Normativa REI/IFTO N.º 1, de 4 de maio de 2021 e seus demais dispositivos.

No edital público de seleção, os candidatos obterão informações sobre o curso a ser ofertado, vagas, objetivos, requisitos, inscrições, local, data e horário sobre o certame, as formas de classificação, divulgação dos resultados e convocação para matrícula, dentre outras informações.

O curso ofertado se destina aos egressos de cursos superiores, especialmente os graduados em Letras, Geografia, História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciências Sociais, Direito, Pedagogia, Educação Física e áreas afins. Interessados em geral com formação superior, que atuam ou desejam atuar na área de Humanidades. Os profissionais graduados de outras áreas podem pleitear matrícula e, desde que se sintam aptos e dispostos em estudar as temáticas propostas.

Serão aceitas inscrições apenas de profissionais que possuam diploma de curso de graduação, salvo exceções estabelecidas no edital de seleção, reconhecidos pelo Ministério da Educação/MEC.

O processo seletivo será realizado em uma única etapa, com a entrega de cópia do diploma e análise curricular a ser disponibilizada pelo IFTO no edital de abertura das inscrições do certame.

O curso ofertado está amparado com as regulamentações previstas na Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação, suas atualizações ou legislações nacionais vigentes.

1.7 APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências anteriores estão positivados no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* vigente do IFTO, aprovado pela Resolução n.º

31/2015/CONSUP/IFTO, de 25 de junho de 2015, e serão levados em conta por oportunidade da inscrição dos candidatos.

Poderão solicitar o aproveitamento de conhecimentos anteriores os estudantes que tiverem cursado disciplinas com aprovação em programas de pós-graduação de instituições reconhecidas pelo MEC (*lato sensu* ou *stricto sensu*). O aproveitamento de componentes curriculares/disciplinas ou de créditos deverá totalizar, no máximo, 20% da carga-horária total do curso. Para este aproveitamento, deverá haver compatibilidade de 100% da carga-horária é de 80% da ementa.

2. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências, modalidade EaD, do IFTO *Campus* Palmas segue todas as diretrizes legais pertinentes, e isso abrange também a sua organização curricular que será apresentada a seguir.

2.1. CONCEPÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A organização curricular do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências, modalidade EaD, do IFTO *Campus* Palmas observa todas as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), na Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018 e no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* vigente do IFTO. Em conformidade com as melhores políticas e práticas pedagógicas, abarcadas e documentadas também nas normativas internas do IFTO, todos os componentes curriculares foram concebidos de modo a privilegiar a articulação da teoria com a prática, visando estimular um comportamento profissional mais autônomo, crítico e reflexivo, diante das condições e situações que o futuro profissional vivenciará quando estiver inserido no mercado de trabalho.

O curso estará disposto na seguinte forma:

- Curso na modalidade à distância com duração de 12 meses ou 02 semestres letivos, pelo menos;
- Tempo mínimo para integralização de 12 meses, a contar da matrícula inicial;
- Tempo máximo para integralização de 24 meses, a contar da matrícula inicial;
- Oferta única;

- Aulas no modelo presencial, síncrono, síncrono mediado e assíncrono, conforme estabelece o Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025, com predominância de atividades on-line síncronas, realizadas ao vivo, com a participação simultânea de docentes e estudantes.
- Aulas de 45 minutos cada;
- Aulas ministradas conforme calendário acadêmico dos cursos superiores do *Campus* Palmas;
- 20 (vinte) semanas letivas por semestre;
- Matriz curricular composta por 09 (nove) disciplinas;
- As disciplinas estão distribuídas em 02 (dois) módulos, que serão ofertados em 02 (dois) semestres;
- Carga-horária total de 380 horas.

2.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Projeto Pedagógico de Curso de Especialização *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências encontra-se estruturado em conformidade com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do IFTO.

Ressalta-se que a Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências é uma atividade formativa regular a ser desenvolvida em função da demanda local, regional e nacional. A coordenação do curso está vinculada, em nível institucional, à Direção de Ensino do *campus* e à Pró-reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROPI).

O curso será ofertado no regime de ensino modular, com oferta de Unidades Curriculares (UC) sequenciais, na modalidade de Ensino à Distância (EaD), com matriz curricular dividida em dois semestres, conforme calendário e planejamento do *campus*. Os módulos serão compostos por unidades curriculares que expressam temáticas relevantes que envolvem domínios diversos das grandes áreas de ensino de humanidades e descolonialidades, visando uma formação abrangente, respaldada pelo debate acadêmico contemporâneo e, consequentemente, possibilitando a ampliação do capital cultural dos pós-graduandos. A carga-horária de cada uma das unidades curriculares será de 40 horas, ofertadas na modalidade EaD, somando um total de 320 horas, com exceção do TCC que será orientação de 60h, somando-se o total de 380 horas para a integralização do curso.

O prazo mínimo para a integralização é de 12 meses para conclusão das Unidades Curriculares, que serão ministradas em sua integralidade na modalidade EaD, e 6 meses adicionais para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), totalizando 18 meses. Em caso de justificativa apresentada à coordenação e aceita pelo colegiado do curso, tal prazo para integralização pode estender-se até o limite máximo de 24 meses. Caso o(a) estudante atinja o prazo máximo de 24 meses sem ter cumprido todas as exigências estabelecidas para a conclusão (ter sido aprovado em todas as unidades curriculares e ter o TCC apresentado e aprovado), o(a) discente perderá o vínculo com o curso, sendo registrado pela Coordenação do curso o desligamento compulsório no sistema acadêmico.

O(a) estudante que for reprovado em alguma disciplina dentro do prazo de 12 meses iniciais do curso, poderá refazer a disciplina apenas no ano seguinte, respeitando os prazos limites para finalização do Trabalho de Conclusão de Curso e integralização máxima do curso (24 meses).

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do curso Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências, deverá constituir-se como profissional capaz de compreender criticamente as relações entre colonialidade, educação, território, produção de conhecimento, representações sociais, representatividades, marcadores sociais, questões de gênero e sexualidade, identidades e desigualdades sociais, articulando referenciais teóricos decoloniais, contracoloniais e pós-coloniais às realidades concretas dos espaços educativos, sociais e comunitários nos quais atua.

Pretende-se que os egressos sejam capazes de reconhecer e estabelecer diálogos entre conhecimentos acadêmicos e saberes decoloniais e os diversos sujeitos historicamente subalternizados, compreendendo-os como produtores de conhecimentos, memórias, práticas educativas, culturas e formas próprias de existência.

Sua formação deverá possibilitar a elaboração de práticas pedagógicas, projetos, pesquisas e ações de extensão fundamentadas em perspectivas decoloniais, interculturais, interseccionais e participativas, considerando as relações entre raça, gênero, classe, geração, sexualidade, corpo e território.

O especialista deverá estar apto, portanto, a atuar em espaços formais e não formais de educação, em instituições públicas ou privadas, movimentos e organizações sociais, projetos comunitários e demais contextos profissionais relacionados às Humanidades, e em especial ao ensino, contribuindo para a construção de práticas educativas e sociais

comprometidas com o enfrentamento do racismo, do sexismo, da xenofobia, da LGBTQIA+fobia e de outras formas de discriminação, silenciamento e todas as formas de desigualdade.

2.4. MATRIZ CURRICULAR

O aluno deste curso de Pós-graduação ficará obrigado a cursar no mínimo 380 horas de aulas disponibilizadas na forma de disciplinas de 40 horas cada e realizar o trabalho de conclusão de curso, que utiliza 60 horas.

Durante o curso deverão ser ofertadas 9 disciplinas distribuídas em 12 meses, sendo que cada disciplina será ministrada em atividades presenciais, assíncronas, síncronas e síncronas mediadas que serão realizadas às terças-feiras ou em datas pré-definidas entre a coordenação do curso e o docente que irá ministrar a componente, no período noturno (das 19h às 21h30min) e atividades que serão postadas no sistema *Moodle* e também irão contar como hora/aula (2 horas e 30 minutos).

Por componente serão 4 encontros de 12 aulas totalizando 10 horas, como serão 8 componentes de 40 horas totaliza 80 horas que podem ser: presenciais, síncronas e ou síncronas mediadas, mais 15 horas de orientação de TCC que serão 95 horas presenciais, síncronas ou síncronas mediadas. Com 285 horas de atividades a serem realizadas no sistema *Moodle* totalizando a carga-horária de 380 horas. Ressalta-se que conforme a conveniência, os horários poderão ser alterados a critério da coordenação e colegiado do curso.

O quadro abaixo mostra uma sugestão da distribuição das disciplinas pelos meses que compõem o período letivo do curso, que sempre coincidirá com o período letivo das demais modalidades de curso oferecidas pelo IFTO – *Campus* Palmas.

Para melhor entendimento deste projeto é legalmente amparado pelo Decreto n.º 12.456, de 19 de maio de 2025, que estabelece, no Art. 3º

Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

I - educação à distância - processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos;

II - atividade presencial - atividade formativa realizada com a participação do estudante e do docente ou de outro responsável pela atividade formativa em lugar e tempo coincidentes;

III - atividade síncrona - atividade de educação à distância realizada com recursos de áudio e vídeo, na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares diversos e tempo coincidente;

IV - atividade síncrona mediada - atividade síncrona realizada com participação de grupo de, no máximo, setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico e controle de frequência dos estudantes;

V - atividade assíncrona - atividade de educação à distância na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares e tempos diversos;

VI - Polo de Educação à Distância - Polo EaD - unidade descentralizada da Instituição de Educação Superior, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades formativas; e

VII - unidade curricular - componente curricular definido no Projeto Pedagógico do Curso, com o objetivo de desenvolvimento e avaliação de conhecimentos e competências, sob a responsabilidade de docente e que compõe a carga-horária do curso.

Quadro 1 – Distribuição das disciplinas ao longo dos meses:

MÓDULO	**carga-horária**	**UNIDADE CURRICULAR**
MÓDULO I	40H	Introdução e Ambientação em EaD e Escrita Científica
	40H	Fundamentos do Pensamento Decolonial
	40H	Geografia e Colonialidade do Espaço
	40H	História, Memória e Silenciamentos

MÓDULO II	40H	Culturas, saberes, modos de conhecer e caminhos de pesquisa
	40H	Paisagem como Arquivo: Desvelando as Narrativas Decoloniais
	40H	Identidades, Interseccionalidade, Diversidade, Raça, Etnia e Narrativas Pós-Coloniais
	40H	Pedagogia, Extensão, Currículo e Oficinas
	60H	Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) será um artigo que deverá ser submetido a uma revista científica em até 6 (seis) meses, a contar da data de encerramento das disciplinas, podendo este prazo ser prorrogado por mais 6 meses a critério do colegiado do curso. O estudante que não obtiver aprovação no artigo e submissão a uma revista neste prazo ou não obedecer aos prazos de entrega estabelecidas no item de trabalho de conclusão de curso será automaticamente desligado do curso.

2.5. METODOLOGIA

Este curso de pós-graduação *lato sensu* foi concebido para possibilitar ao profissional, futuro especialista, um itinerário formativo específico, demonstrado pela matriz curricular composta por nove componentes curriculares ofertadas em dois módulos, sendo que, em cada módulo, a carga-horária total será dividida nas dinâmicas "presencial", "síncrona" “síncrona mediada” e "assíncrona". Tópicos como Pesquisa Tecnológica e Proposição de Trabalhos Socioambientais funcionarão como eixos para a pesquisa científica e a extensão.

O projeto de curso tem suporte nas mais atuais metodologias recomendadas para os cursos de humanidades que se traduzem em metodologias para a realização do processo ensino-

aprendizagem na qual os docentes e estudantes são agentes ativos na produção do conhecimento multidisciplinar, na retroalimentação das proposições de ensino, e em consonância com o avanço do estado da arte sobre a colonialidade.

A temática transversal focará de forma incisiva as discussões a respeito das questões socioeducacionais, que são intrínsecas ao próprio curso, integrando o debate a respeito da educação às unidades curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente conforme previsto na Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002.

O IFTO possibilita diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), nos quais as aulas serão trabalhadas com estudos de casos reais trazidos para discussões com a intermediação do docente, cuja apresentação se dará por vídeos contextualizados, apresentação dos livros referência em cada tema, no formato digital. As aulas teóricas expositivas serão realizadas principalmente com o uso de recursos audiovisuais, objetivando motivar os estudantes a encontrar os caminhos para a apropriação das informações, transformando-as em conhecimento para uso em sua vida profissional.

No AVA o IFTO possibilita o uso intensivo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para o desenvolvimento desse curso de especialização, entendendo que as TICs são os recursos tecnológicos para tratar a informação e auxiliar na comunicação docente-estudante e estudante-estudante.

Dentre as inúmeras TICs disponíveis aos docentes e estudantes do curso, destacam-se as mais utilizadas:

- Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) autorizados pelo IFTO, como o *Moodle e o Google Classroom*. O primeiro é um acrônimo de "*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", um aplicativo livre que permite a criação de cursos digitais, páginas de disciplinas, grupos de trabalho e comunidades de aprendizagem, estando disponível em 75 línguas diferentes. O segundo é um serviço gratuito para escolas, organizações sem fins lucrativos e qualquer usuário com uma conta do *Google* pessoal. Ele facilita a interação entre os estudantes e os professores, dentro e fora da escola, possibilita a criação de turmas e a distribuição de atividades;
- *Google Meet*, uma plataforma de comunicação por videoconferência desenvolvida pelo *Google*, permite alta qualidade e segurança para aulas síncronas e assíncronas, com a participação simultânea e a interação de um grande número de participantes. Além disso, possibilita o compartilhamento de tela para a

apresentação de documentos, apresentações e outros arquivos durante uma teleconferência e gravação das mesmas;

- Listas de Transmissão com o uso do aplicativo *WhatsApp*, ou similar, que é um aplicativo/ferramenta digital livre, em que se pode criar grupos e listas de transmissão de forma a enviar uma mensagem para vários contatos de uma só vez, sem a necessidade de selecionar todos os usuários. O aplicativo *Whatsapp* tem se destacado bastante como um gênero multimodal e seu uso tem se tornado frequente no cotidiano de toda a sociedade. Consequentemente, vem (re)definindo o significado de suas práticas sociais por meio da linguagem digital e de diversos recursos presentes no aplicativo, destacando-se então como um dos meios de comunicação mais utilizados no aparato tecnológico;
- *Kahoot*, uma plataforma de aprendizagem baseada em jogos, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições educacionais. Seus jogos de aprendizagem, "*Kahoot*", são testes de múltipla escolha que permitem arguir os usuários/jogadores sobre um determinado tema, interagindo através de um navegador da internet.
- *Mentimeter* é uma plataforma de apresentação interativa, gratuita, para uso que permite a interação em tempo real entre os apresentadores e o público, tornando as atividades agradáveis, envolventes e inclusivas.

Os professores são capacitados nos diferentes AVAs apresentados acima, de modo que haverá a introdução metódica e continuada para os estudantes se apropriarem do ambiente virtual de aprendizagem.

Para além das estratégias próprias da educação à distância, a organização metodológica do curso será orientada por práticas de produção compartilhada do conhecimento, valorizando metodologias decoloniais, interculturais, dialógicas e participativas. Poderão ser desenvolvidos estudos de caso, pesquisa-ação, pesquisa participante, história oral, cartografia social, mapeamento afetivo, etnografia e autoetnografia, análise de narrativas, oficinas, produção de materiais pedagógicos e outras estratégias compatíveis com os objetivos de cada unidade curricular.

Tais metodologias deverão favorecer a aproximação entre teoria e experiência social, permitindo que os pós-graduandos relacionem os conteúdos do curso aos territórios, instituições, comunidades e grupos sociais com os quais mantêm vínculos espaciais, sociais, profissionais, acadêmicos ou comunitários. Neste caso, sempre que envolverem sujeitos, comunidades ou conhecimentos tradicionais, essas práticas deverão observar os

princípios éticos aplicáveis à pesquisa e à extensão, respeitando a autonomia dos sujeitos, os conhecimentos comunitários e as formas próprias de tecer e partilhar saberes.

2.6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será um artigo que deverá ser elaborado e submetido a uma revista científica em até 06 meses, a contar da data de encerramento das disciplinas, podendo este prazo ser prorrogado por mais 6 meses a critério do colegiado do curso. O texto deverá estabelecer relação com as temáticas desenvolvidas ao longo da especialização e poderá resultar de pesquisas teóricas, documentais, empíricas, participativas ou de experiências pedagógicas e extensionistas. Serão estimulados trabalhos vinculados às realidades educacionais, sociais, culturais e territoriais dos estudantes, incluindo pesquisas desenvolvidas em diálogo com escolas, comunidades, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, observadas as exigências éticas aplicáveis a cada modalidade de investigação.

2.7. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Não se aplica.

2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não se aplica

2.9. AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação de aprendizagem no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências seguem o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* vigente do IFTO, em seu Capítulo VIII - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico.

2.10. CERTIFICAÇÃO

O estudante concluinte do curso fará jus ao certificado de conclusão do curso com o título de “Especialista em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências” desde que obtenha aprovação em todos os componentes curriculares do curso de acordo com este PPC, e entregar a declaração de “nada consta” da biblioteca e do setor de registros escolares no momento do requerimento de expedição do documento.

Os critérios para a emissão do certificado ao estudante concluinte deverão atender ao disposto na Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018 e suas atualizações/alterações, no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica (ODP) dos Cursos de Pós-graduação *lato sensu* vigente do IFTO e na Instrução Normativa REI/IFTO N.º 1/2019/REI/IFTO, de 21 de agosto de 2019 e suas alterações, que estabelece os procedimentos para o requerimento, prazos, emissão de declarações, históricos escolares, certificados, diplomas e livros de registro no âmbito do IFTO.

O certificado de conclusão do curso será acompanhado do respectivo histórico escolar que conterá, além das informações estabelecidas na Instrução Normativa vigente do IFTO:

I - Nome e titulação dos professores responsáveis pelos componentes curriculares;

II - Período em que o curso foi realizado e a sua duração total em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III - Título do trabalho de conclusão do curso e nota obtida;

IV - Declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da legislação vigente, e

V - Citação do ato legal de credenciamento da instituição e da aprovação do curso pelo CONSUP.

Caberá à Secretaria Acadêmica do *Campus* Palmas, após requerimento por parte do estudante, dar os encaminhamentos necessários para a emissão, registro do certificado e histórico escolar e obtenção das assinaturas, nos prazos regulamentados em Instrução Normativa vigente.

O certificado emitido e registrado pelo IFTO, observado o disposto na legislação vigente, terá validade nacional.

2.11. DO DESLIGAMENTO DO CURSO

As matrículas dos estudantes nos módulos I ou II se darão no formato compulsório. Os casos especiais serão objeto de deliberação do Colegiado. O Colegiado levará em conta a máxima aprovação do número de estudantes, respeitando as hipóteses legais da ODP dos cursos de Pós-graduação do IFTO.

O desligamento da matrícula será efetuado somente após o lançamento de Edital Público de Notificação e Desligamento, para os seguintes casos em que o estudante:

I – não concluir o curso no prazo máximo de integralização do curso; ou

II - não concluir o curso; ou

III – não obtiver aproveitamento em pelo menos 75% dos componentes do módulo I ou módulo II; ou

IV – não apresentar frequência obrigatória de 100% (cem por cento) nos exames presenciais na sede ou nos polos.

Caberá à Coordenação do Curso gerar um relatório de estudantes irregulares após transcorrido os prazos previstos neste projeto e solicitar providências para o lançamento do Edital Público de Notificação e Desligamento.

O Edital Público de Notificação e Desligamento deve apresentar uma contextualização para cada estudante notificado, apresentando o motivo que o esteja levando ao desligamento da matrícula.

O Edital Público de Notificação e Desligamento deve prever prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis a contar da sua publicação para apresentação de justificativas, por escrito, com relação à situação acadêmica do estudante.

A manifestação do estudante deve ser acompanhada de documentos que comprovem os fatos alegados e a análise caberá ao Coordenador do Curso, sendo consultado o Colegiado de Curso em caso de dúvida.

2.12. PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso poderá ser oferecido a cada 12 meses, ficando a critério da coordenação e do colegiado avaliar a capacidade de oferecimento de disciplinas e de orientação aos estudantes. A oferta também deverá considerar a disponibilidade de ambiente institucional e corpo docente.

O curso terá duração máxima de 1 ano e 6 meses, com possibilidade de prorrogação por 6 meses.

O curso poderá ser oferecido na modalidade à distância com aulas síncronas e assíncronas às terças-feiras à noite no período das 19h às 21h30min com atividades e utilização da plataforma *Moodle*.

3. DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ESPECIALIZADO

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências do IFTO *Campus* Palmas é sustentado por um quadro de servidores qualificados para atender às exigências do curso. O perfil profissional desses servidores e suas respectivas funções são apresentados a seguir.

3.1. PERFIL DO COORDENADOR DE CURSO

O professor coordenador do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências do IFTO *Campus* Palmas, modalidade EaD, deve ser um profissional preocupado com as demandas sociais e tecnológicas do Tocantins, além de ser um profissional com expertise em Humanidades. Podemos destacar duas grandes habilidades requeridas para o bom exercício da coordenação: habilidades administrativas e habilidades técnicas, além do potencial de líder do grupo e do trato pessoal.

Sabemos que o coordenador é o responsável pela gestão acadêmica do curso e também atuará como gestor administrativo das instalações dos ambientes que servirão à oferta do curso e dos trabalhos científicos e tecnológicos que serão desenvolvidos. Para tanto, o coordenador do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências do IFTO Campus Palmas, modalidade EaD, deve ter o título de doutor ou mestre, e ser professor efetivo do IFTO em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva (DE).

3.2. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente desta pós-graduação *lato sensu* possui conhecimentos sólidos, tanto teóricos como práticos, na área de Humanidades. Os professores do Núcleo Docente Articulado (NDA) de Filosofia, Geografia, História, Sociologia, Educação Física e Letras têm uma grande experiência didática em sala de aula, visto que sua formação e titulação demonstra capacidade para ministrar os componentes curriculares, fomentando o raciocínio crítico, a produção de conhecimentos, a formação de grupos de estudos e de pesquisa. Isso permite, de forma efetiva, atender e suprir de forma eficiente os estudantes naquilo que for necessário para a melhor construção do seu aprendizado. Os docentes que ministrarão as disciplinas à distância possuem experiência ou capacitação para a oferta nessa modalidade e a titulação obtida em pós-graduação *stricto sensu* é uma garantia na apresentação dos conteúdos e desenvolvimentos dos temas de aula. Deixa-se aberta a possibilidade de atuar no curso professores de todas as áreas, desde que tenha experiência

ou formação com estudos decoloniais e atenda aos critérios de disponibilidade para atuação. Ficando a cargo da coordenação do curso determinar a viabilidade destes profissionais segundo ao atendimento deste critério.

A maioria dos docentes participa de diversos cursos/treinamentos externos, bem como aqueles ofertados de forma frequente pelo *Campus* Palmas e Reitoria do IFTO. Assim, estão em constante aprimoramento profissional, tanto na parte técnica como pedagógica, o que contribui para a oferta de um ensino de qualidade e também mais igualitário. As atribuições do corpo docente encontram-se descritas no Regulamento da Organização Didático Pedagógica do IFTO.

O corpo docente possui qualificação necessária para a sua oferta. O Quadro 2 lista o perfil dos professores formadores para cada componente curricular:

Quadro 2 – Componente e perfil do docente:

COMPONENTE	**PERFIL DO PROFESSOR**
Introdução e Ambientação em EaD e Escrita Científica	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Fundamentos do Pensamento Decolonial	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Geografia e Colonialidade do Espaço	Graduação em Geografia com Mestrado ou Doutorado.
História, Memória e Silenciamentos	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Culturas, Saberes, Modos de Conhecer e Caminhos de Pesquisa	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Paisagem como Arquivo: Desvelando Narrativas Decoloniais	Graduação em Geografia com mestrado ou doutorado.

Identidades, Interseccionalidade, Diversidade, Raça, Etnia e Narrativas Pós-Coloniais e Contra-Coloniais	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Pedagogia, Extensão, Currículo, Oficinas	Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.
Orientação de escrita científica (TCC)	Graduação ou Licenciatura em qualquer área, com Mestrado ou Doutorado.

3.3. PERFIL DO CORPO TÉCNICO

O corpo técnico do IFTO – *Campus* Palmas é composto por profissionais de diferentes formações acadêmicas, selecionados por concurso público nacional, que atuarão no suporte das atividades ensino-aprendizagem e registros acadêmicos.

3.4. PERFIL DO TUTOR À DISTÂNCIA

O tutor à distância deverá obrigatoriamente ser professor graduado na área de humanidades. Para fins de seleção será considerada a titulação e tempo de experiência no exercício de tutoria que comprovem competência em dar suporte às atividades docentes, a realizar mediação pedagógica entre professor da disciplina e estudante, bem como orientações pertinentes às disciplinas, auxiliando no desenvolvimento dos estudantes nas aulas. As atribuições do tutor à distância encontram-se no Regulamento da Organização Didático Pedagógica vigente do IFTO.

4. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

O *Moodle* será o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado de forma institucionalizada pois possibilita a interação entre professor, tutor, estudante tanto de forma síncrona como de forma assíncrona. Apresenta recursos como *chats*, fóruns, acesso a materiais didáticos e a vídeos, entre outros, permitindo o acompanhamento dos estudantes pelos professores e equipe pedagógica por meio dos relatórios que podem ser gerados. O *Moodle* possui recursos e tecnologias apropriadas que permitem a postagem e armazenamento de conteúdos que poderão facilmente ser acessados pelos estudantes de qualquer local. Permite também a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e

comunicacional. Possibilita atividades avaliativas periódicas devidamente documentadas de modo que seus resultados sejam efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua. Conforme DCI-EaD-IFTO (Art. 25), a manutenção e o suporte do curso no AVA institucional serão realizados por coordenador técnico e as demandas deverão ser solicitadas via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) à Diretoria de Tecnologias Educacionais (DTI).

5. BIBLIOTECA

A Biblioteca João Paulo II do *Campus* Palmas tem como finalidade reunir, organizar e disseminar as informações contidas em seu acervo, visando atender às pesquisas, consultas e os empréstimos. Como missão, promover o acesso, a recuperação e disseminação da informação contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva e social. Além do acervo físico, a biblioteca possui acesso ao acervo digital da Biblioteca Virtual Pearson (*BV Pearson*), disponível a toda comunidade do IFTO. O acervo da *BV Pearson* reúne mais de dez mil obras em mais de 40 áreas do conhecimento. Trata-se de uma ferramenta interativa que funciona como auxiliar ao estudo e à pesquisa que o usuário poderá acessar de qualquer lugar.

O acervo digital da *BV Pearson* possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acesso da biblioteca virtual é realizado diretamente com o link https://plataforma.bvirtual.com.br/Account/Login?redirectUrl=%2F, onde o estudante tem acesso diretamente com seu e-mail institucional e senha. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das Unidades Curriculares (UC) do curso.

Nos casos dos títulos virtuais, há a garantia de oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. A biblioteca possui acesso a periódicos que complementam os conteúdos administrados nas UC, como o Portal Periódicos Capes, que apresenta uma grande robustez de informação. O acesso ao Portal de Periódicos Capes pela comunidade acadêmica do *Campus* Palmas - IFTO, é realizado via CAF e permitindo o acesso de qualquer lugar e a qualquer hora. A biblioteca também possui os Catálogos de Periódicos disponíveis pela *internet*, organizados com o intuito de dar suporte aos cursos superiores oferecidos pelo *Campus* Palmas - IFTO, e apoio ao ensino, pesquisa e extensão de modo geral. Esses são periódicos de acesso aberto, considerando a confiabilidade da informação

disponibilizada, pertencentes a instituições de ensino e pesquisa, disponíveis para pesquisa e acesso gratuito virtualmente.

6. SALA DA COORDENAÇÃO DE CURSO

O espaço de trabalho para o coordenador do curso está localizado na Quadra AE 310 Sul, Av. NS 10, S/N, sala 503, Plano Diretor Sul, Palmas - TO. CEP: 77021-090. Essa sala é um espaço amplo com sala reservada para o atendimento das demandas dos cursos ofertados pelo NDA de Humanidades. O coordenador do curso conta com uma estação de trabalho climatizada que contempla essencialmente mesa, cadeiras, armário e computador. A coordenação possui também um ramal de telefone específico para atendimento dos estudantes e comunidade interna e externa. A impressão de documentos é compartilhada com as demais coordenações de cursos.

7. UNIDADES CURRICULARES COM EMENTÁRIO E COMPETÊNCIAS DESEJÁVEIS

Como visto no quadro 2, o curso se desenvolverá com um total de 08 disciplinas, além da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo cada uma, uma unidade curricular independente, perfazendo um itinerário formativo completo para um especialista em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências.

Para o bom desenvolvimento de cada unidade curricular há a indicação da bibliografia básica além do material de apoio ofertado pelo professor formador. Para efeitos de organização das unidades curriculares na apresentação dos temas, há um ordenamento do menos ao mais complexo, do mais pontual ao mais abrangente, de modo a se alcançar as competências desejáveis ao especialista em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências. O Quadro 3 mostra as unidades curriculares e o ementário com competências desejáveis.

Quadro 3 – Unidades curriculares e ementa:

UNIDADE CURRICULAR	**EMENTA**

Introdução e ambientação em EaD e Escrita Científica	Navegar com autonomia no ambiente virtual de aprendizagem (Moodle ou similar); Utilizar ferramentas síncronas e assíncronas de comunicação de forma eficaz e ética; Compreender os princípios fundamentais da escrita acadêmica no contexto das humanidades e estudos decoloniais; Desenvolver estratégias de pesquisa bibliográfica e gestão de referências; Elaborar textos científicos iniciais, aplicando normas técnicas e reflexão crítica.
Fundamentos do Pensamento Decolonial	Compreender os conceitos-chave do pensamento decolonial e sua genealogia; Identificar as estruturas da colonialidade do poder, do saber e do ser; Analisar criticamente a modernidade a partir de sua face colonial; Reconhecer as contribuições de autores e autoras fundadores do campo; Relacionar a teoria decolonial com questões educacionais, territoriais e de existência.
Geografia e Colonialidade do Espaço	Compreender o espaço como produto e arena de relações de poder colonial; Analisar criticamente categorias geográficas (território, paisagem, lugar) a partir do marco decolonial; Identificar os mecanismos de espacialização do racismo, do extrativismo e do epistemicídio; Aplicar instrumentos de cartografia social e análise espacial decolonial; Desenvolver leituras críticas sobre planejamento urbano e rural a partir de perspectivas do Sul Global.
História, Memória e Silenciamentos	Compreender a relação dialética entre história oficial e memórias subalternizadas; Identificar os mecanismos de produção do silenciamento histórico e do epistemicídio; Analisar criticamente fontes históricas a partir de uma perspectiva decolonial; Reconhecer as memórias de povos indígenas, africanos e afrodiaspóricos como narrativas contra-hegemônicas; Desenvolver pesquisas

	que articulem história pública, memória social e justiça cognitiva.
Ciência, Epistemologias e Saberes: perspectivas decoloniais para a pesquisa em ensino	Estudo das relações entre ciência, epistemologias, saberes, ensino, cultura, identidade, diferença e poder na produção do conhecimento e na prática educativa brasileira. Perspectivas críticas, pós-críticas, interculturais e decoloniais e suas implicações para o cotidiano escolar e os processos de ensino. Multiculturalidade, interculturalidade crítica, colonialidade e decolonialidade como fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa em ensino e da formação do professor-pesquisador. Pluralidade epistemológica, diversidades étnico-raciais, territoriais, linguísticas, religiosas, geracionais, de gênero e das pessoas com deficiência. Saberes indígenas, afro-brasileiros, quilombolas, tradicionais e populares e a problematização das práticas universalizantes e das hierarquias entre conhecimentos. Análise crítica de currículos, materiais didáticos, práticas avaliativas e experiências pedagógicas em articulação com a pesquisa e a atuação docente. Implicações dos diferentes modos de conhecer na delimitação do objeto, na formulação do problema, na construção do referencial teórico, nas escolhas metodológicas e na interpretação dos resultados da pesquisa em ensino. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas de ensino interculturais, inclusivas e decoloniais, contextualizadas nas realidades amazônico-cerratenses e articuladas ao desenvolvimento intercultural e interdisciplinar das pesquisas em curso.

Paisagem como Arquivo: Desvelando Narrativas Decoloniais	Compreender a paisagem como registro material e simbólico de processos históricos coloniais e decoloniais; Analisar criticamente elementos naturais e construídos da paisagem a partir de perspectivas interseccionais; Aplicar metodologias interdisciplinares para "ler" paisagens urbanas, rurais e simbólicas; Identificar nas paisagens contemporâneas vestígios de apagamentos, resistências e reexistências; Desenvolver projetos de interpretação e intervenção em paisagens a partir de olhares descolonizadores.
Identidades, Interseccionalidade, Diversidade, Raça, Etnia e Narrativas Pós-Coloniais	Compreender o conceito de identidade interseccionado e a outras características sociais e coletivas que atuem como marcadores e suas implicações; Analisar a construção social das identidades a partir de marcadores sociais como raça, gênero, etnia, classe, sexualidade e colonialidade; Identificar narrativas pós-coloniais e decoloniais em diferentes expressões culturais; Desenvolver pesquisas e intervenções sensíveis às dinâmicas de poder e diferença; Problematizar noções de diversidade a partir de uma perspectiva crítica e não liberal.
Pedagogia, Extensão, Currículo, Oficinas	Compreender os fundamentos de uma pedagogia decolonial e sua aplicação em contextos educativos formais e não formais; Elaborar propostas de extensão universitária ou comunitária baseadas no diálogo de saberes; Desenvolver currículos interculturalmente sensíveis e pedagogicamente inovadores; Planejar e facilitar oficinas educativas como estratégia de pesquisa-ação e intervenção social; Articular teoria e prática em projetos educativos comprometidos com a transformação social.

Orientação de escrita científica (TCC)	Desenvolver um projeto de pesquisa com recorte temático alinhado aos estudos decoloniais; Aplicar normas técnicas e princípios éticos na produção textual acadêmica; Elaborar textos científicos com clareza, coerência e consistência teórico-metodológica; Articular referências bibliográficas de forma crítica e contextualizada; Defender publicamente seu trabalho, demonstrando domínio do tema e capacidade argumentativa.

8. DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado do Curso é órgão permanente, de caráter deliberativo, normativo e consultivo para questões relacionadas ao curso. É responsável pela execução didático-pedagógica do curso, atua no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão de acordo com as diretrizes da Instituição. O plano de ensino será elaborado pelo docente, publicado no sistema acadêmico e divulgado aos estudantes no primeiro dia de aula. O acompanhamento e a avaliação dos planos de ensino também serão atribuições do colegiado do curso. O Colegiado de Curso é composto por:

Coordenador do Curso, como presidente;

Coordenador da Área Profissional;

Todos os professores efetivos do curso;

01(um) representante da equipe Pedagógica,

02(dois) discentes representantes do curso eleito pelos seus pares.

Haverá reuniões com periodicidade determinada no calendário escolar e registro de suas decisões. O funcionamento do Colegiado de Curso, sua composição e suas atribuições seguem o disposto no Regulamento da Organização Didático-pedagógica em vigência no IFTO.

9. RELATÓRIO SOBRE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Ao final de cada semestre, o Colegiado do Curso apreciará relatório circunstanciado emitido pelo Coordenador do Curso, refletindo a participação dos estudantes nas diferentes atividades acadêmicas estabelecidas no calendário acadêmico.

10. RELATÓRIO SOBRE ÊXITO ESTUDANTIL

Ao final de cada semestre, o Colegiado do Curso apreciará relatório circunstanciado emitido pelo Coordenador do Curso, refletindo a participação dos estudantes nas diferentes atividades acadêmicas realizadas como atividades do curso, utilizando como métrica os relatórios extraídos do sistema acadêmico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n.º 1, de 6 de abril de 2018, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85591-rces001-18&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Lei n° 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 14 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação: Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.* Brasília: MEC, 2014. Disponível em: https://pne.mec.gov.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. DECRETO N.º 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 - DECRETO N.º 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025 - DOU - Imprensa Nacional. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639. Acesso em 04/12/2025.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *GeoCapes: Estatísticas da Pós-graduação no Brasil.* Brasília: CAPES, 2024. Disponível em: https://geocapes.capes.gov.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plataforma Sucupira: Dados da Pós-graduação Brasileira.* Brasília: CAPES, várias edições. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

IFTO. INSTRUÇÃO NORMATIVA REI/IFTO n.º 1, de 4 de maio de 2021. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais/in-aprovada/2021/instrucao-normativa-1-2021.pdf/view>. Acesso em: 14 nov. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Microdados do Censo da Educação Superior.* Brasília: INEP, várias edições. Disponível em: https://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-da-educacao-superior. Acesso em: 4 dez. 2025.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Painel de Indicadores por Unidade Federativa – Educação Superior.* Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inep. Acesso em: 4 dez. 2025.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Indicadores de Monitoramento das Metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação.* Brasília: Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: https://www.observatoriodopne.org.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior Privado. *Mapa do Ensino Superior no Brasil 2025.* São Paulo: Semesp, 2025. Disponível em: https://www.semesp.org.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024.* São Paulo: Moderna; Todos Pela Educação, 2024. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br. Acesso em: 4 dez. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Formação e Valorização Docente no Brasil: Nota Técnica.* São Paulo: Todos Pela Educação, 2024.

APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

Conteúdos Programáticos

Introdução e ambientação em EaD e Escrita Científica

1. Ambientação em Educação à distância (EaD)

- Apresentação da plataforma de ensino: acesso, navegação e funcionalidades;
- Netiqueta: comunicação respeitosa em fóruns, chats e videoconferências;
- Organização do tempo e planejamento de estudos na modalidade EaD;
- Apresentação do projeto pedagógico do curso e do contrato de convivência.

2. Escrita Científica: Fundamentos e Práticas

● Características do texto acadêmico: clareza, objetividade e rigor;

● Estrutura de trabalhos científicos: resumo, introdução, desenvolvimento e conclusão;

● Normas da ABNT (NBR 6023, 10520) ou estilo específico adotado pelo curso;

● Uso de ferramentas de apoio: *Zotero, Mendeley* ou similares para gestão de referências.

3. Pesquisa Bibliográfica e Leitura Crítica

- Estratégias de busca em bases de dados (SciELO, CAPES, Google Acadêmico);
- Leitura analítica e síntese de ideias;
- Como evitar plágio: paráfrase, citação e referência.

4. Introdução à Escrita Decolonial

- Especificidades da escrita acadêmica em estudos decoloniais;
- Linguagem inclusiva e não-hegemônica;
- Reflexão sobre posicionamento ético e político na produção textual.

Fundamentos do pensamento decolonial

1. Genealogia do Pensamento Decolonial

- Crítica pós-colonial e a emergência do giro decolonial;
- Diferenças entre descolonização, pós-colonialismo e decolonialidade;
- A contribuição do Grupo Modernidade/Colonialidade (Quijano, Mignolo, L. Castro-Gómez).

2. Estruturas da Colonialidade

- Colonialidade do poder: raça, trabalho e hierarquias globais (Aníbal Quijano);
- Colonialidade do saber: epistemicídio e eurocentrismo (Boaventura Sousa Santos, Catherine Walsh);
- Colonialidade do ser: desumanização e violência (Nelson Maldonado-Torres);

3. Conceitos-Chave

- Eurocentrismo e sua crítica;
- Diferença colonial e hibridismo;
- Transmodernidade (Enrique Dussel);
- Pensamento fronteiriço (Gloria Anzaldúa, Walter Mignolo).

4. Pensadores e Pensadoras Fundadoras

- Frantz Fanon: violência colonial e libertação;
- Lélia Gonzalez: racismo e a categoria de amefricanidade;
- Silvia Rivera Cusicanqui: ch'ixi e o pensamento indígena contemporâneo;
- Édouard Glissant: relação e crioulização.

5. Decolonialidade e Educação

- Crítica ao modelo educacional eurocêntrico;
- Pedagogia decolonial e ecologia de saberes;
- Educação intercultural como ato político.

Geografia e Colonialidade do Espaço

1. Fundamentos da Geografia Crítica e Decolonial

- A geografia a serviço do colonialismo: cartografia, divisão internacional do trabalho e racialização dos territórios;
- Crítica ao determinismo geográfico e às narrativas de "vazio demográfico";
- A contribuição de Milton Santos: espaço como "campo de forças" e "rugosidades".

2. Categorias Geográficas sob a Ótica Decolonial

- Território: controle, resistência e autonomia (comunidades tradicionais, quilombos, terras indígenas);
- Paisagem como arquivo colonial: monumentos, topônimos e apagamentos;
- Lugar como espaço de reexistência e produção de contra-narrativas.

3. Dimensões da Colonialidade do Espaço

- Racialização do território: segregação urbana e hierarquização regional;
- Extrativismo como lógica espacial colonial: mineração, agronegócio e zonas de sacrifício;
- Fronteiras e mobilidade: controle de corpos racializados e necropolítica (Mbembe).

4. Metodologias Decoloniais de Análise Espacial

- Cartografia social como instrumento de contra-mapeamento;
- GIS (Sistema de Informação Geográfica) crítico e participativo;
- Etnografia espacial e geopoéticas.

5. Casos e Aplicações

- A cidade colonial e suas permanências: centro vs. periferia;
- Conflitos territoriais no Brasil: MST, comunidades ribeirinhas e indígenas;
- Planejamento urbano decolonial: experiências de gestão comunitária do território;
- O espaço digital e novas colonialidades.

História, Memória e Silenciamentos

1. Teorias Críticas da História e da Memória

História oficial vs. histórias subalternas;

Memória coletiva e esquecimento como atos políticos (Halbwachs, Pollak);

A virada decolonial na historiografia: questionando arquivos e cronologias eurocêntricas.

Memória, poder e identidade: como grupos constroem identidades por meio da seleção de lembranças e esquecimentos;

Lugares de memória (Pierre Nora): monumentos, museus, comemorações e espaços públicos como instrumentos de construção da memória;

2. Mecanismos do Silenciamento Histórico

- Arquivo como tecnologia de poder (Derrida, Stoler);
- Epistemicídio: a destruição de saberes e formas de registro não-ocidentais;
- Apagamento de trajetórias indígenas, negras, femininas e LGBTQIAP+;
- A "fábula das três raças" e o mito da democracia racial no Brasil.

3. Metodologias Decoloniais de Pesquisa Histórica

- História oral e memória como fonte (Véronique Plant);
- Etnohistória e a escuta de narrativas não escritas;
- Arqueologia do silêncio: como ler ausências nos arquivos;
- Uso de iconografias, objetos e performances como documentos históricos.

4. Corpos, Territórios e Memória

- Memória da terra: sítios sagrados, cemitérios clandestinos e paisagens de resistência;
- Corpos como arquivos: marcas da escravização, violência e rebeldia (Gonzalez, Mbembe);
- A memória biocultural e os saberes tradicionais.

5. Práticas de Reexistência e Justiça de Memória

- Museus comunitários e exposições contra-hegemônicas;
- Comissões da Verdade e justiça transicional (Brasil, África do Sul, Colômbia);
- Ensino de história decolonial: leis 10.639/03 e 11.645/08 na prática;
- Artivismos de memória: literatura, cinema e arte como reparação simbólica.

6. Disputas Contemporâneas pela Memória

- Negacionismo, revisionismo e usos políticos do passado;
- Fake news e manipulação da memória histórica;
- Memória nas redes sociais e nos ambientes digitais;
- Comemorações, aniversários históricos e construção de narrativas nacionais;
- Museus, arquivos e patrimônio como campos de disputa política;

Ciência, Epistemologias e Saberes: perspectivas decoloniais para a pesquisa em ensino

1. Ciência, epistemologias e saberes

- Ciência, conhecimento e epistemologia.
- Produção e validação do conhecimento científico.
- Relações entre ciência, cultura, saberes e poder.
- Conhecimentos científicos, escolares, tradicionais e populares.
- Fundamentos da pesquisa científica em educação.

2. Perspectivas críticas e decoloniais na educação

- Teorias críticas, pós-críticas, interculturais e decoloniais.
- Multiculturalidade e interculturalidade crítica.
- Colonialidade do poder, do saber e do ser.
- Pluralidade epistemológica e diferentes modos de conhecer.
- Contribuições dessas perspectivas para o ensino e as políticas educacionais.

3. Construção da pesquisa em ensino ou políticas educacionais

- Delimitação do tema e do objeto de estudo.
- Formulação do problema e dos objetivos da pesquisa.
- Levantamento e organização do referencial teórico.
- Relações entre fundamentos epistemológicos e escolhas metodológicas.
- Pesquisa sobre currículos, práticas de ensino, avaliação e políticas educacionais.
- Produção e interpretação de informações.
- Princípios éticos da pesquisa científica.

4. Elaboração do projeto de artigo científico

- O artigo como modalidade de comunicação científica.
- Definição do tema e do recorte do artigo.
- Estrutura e elementos do texto científico.
- Articulação entre problema, objetivos, referencial teórico, metodologia e análise.

- Construção da argumentação acadêmica.
- Normalização, citações e referências.
- Escrita, revisão e aperfeiçoamento do texto.
- Apresentação do artigo científico como produção final da disciplina.

Paisagem como Arquivo: Desvelando Narrativas Decoloniais

1. Teorias da Paisagem e Crítica Decolonial
   - Da paisagem como "quadro" à paisagem como palimpsesto (W. J. T. Mitchell);
   - Colonialidade do espaço: a paisagem como tecnologia de poder;
2. A Paisagem como Arquivo Vivo
   - Camadas de tempo: sobreposições de significados e disputas simbólicas;
   - Elementos arquivísticos na paisagem: da arquitetura à vegetação, dos nomes de ruas aos monumentos;
   - Silêncios e apagamentos: o que a paisagem não mostra?
3. Metodologias de Leitura Decolonial da Paisagem
   - Cartografia social e mapeamento afetivo;
   - Derivas urbanas e rurais como método de pesquisa;
   - Etnografia sensorial da paisagem.
4. Casos e Estudos de Paisagem
   - Cidades coloniais: centros históricos e suas periferias;
   - Paisagens rurais: latifúndios, territórios indígenas e quilombolas;
   - Paisagens industriais e pós-industriais: marcas do extrativismo;
   - Paisagens digitais: colonialidade dataficada.
5. Práticas Descolonizadoras de Releitura e Intervenção
   - Antimonumentos e contra-narrativas espaciais;
   - Projetos de musealização da paisagem e memoriais vivos;
   - Intervenções artísticas e ativismo espacial.

Identidades, Interseccionalidade, Diversidade, Raça, Etnia e Narrativas Pós-Coloniais

1. Identidades, Diferenças e Pertencimentos

- Identidade como processo social, histórico e relacional;
- Identidades individuais, sociais e coletivas;
- Identidade, diferença, pertencimento e reconhecimento;
- Alteridade e processos de produção social do "outro".

2. Raça, Etnia, Gênero e Interseccionalidade

- Raça, racialização, racismo, etnia e pertencimento étnico;
- Gênero como construção social e relação de poder;
- Interseccionalidade e feminismos negros: Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins;
- Relações entre gênero, raça, etnia, classe, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença;
- Feminismos decoloniais e crítica à colonialidade de gênero: Maria Lugones e Ochy Curiel;
- Experiências e resistências de mulheres negras, indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais.

3. Identidades, Representações e Narrativas

- Representação, estereótipos e disputas em torno das identidades;
- Narrativas pós-coloniais e decoloniais em diferentes expressões culturais;
- Gênero, raça e etnia nas formas de representação social e cultural;
- Contra-narrativas e formas de resistência e afirmação identitária.

4. Diversidade e Debates Contemporâneos

- Diversidade, diferença e desigualdade;
- Políticas de identidade e reconhecimento: limites e possibilidades;
- Disputas contemporâneas em torno de gênero, raça, etnia e sexualidade;
- Feminismos, relações de gênero e enfrentamento às desigualdades;

- Crítica às apropriações liberais e despolitizadas da diversidade.

Pedagogia, Extensão, Currículo e Oficinas

1. Pedagogias Decoloniais e Críticas

● Educação bancária versus educação libertadora (Paulo Freire);

● Pedagogia da pergunta e ecologia de saberes (Boaventura Sousa Santos);

● Educação popular e movimentos sociais;

● Feminismos decoloniais na educação.

2. Extensão como Diálogo de Saberes

- Extensão universitária crítica e comunitária;
- Metodologias participativas: pesquisa-ação, cartografia social, entrevistas dialógicas;
- Ética na relação com comunidades e movimentos sociais;
- Sistematização de experiências extensionistas.

3. Currículos Interculturais e Descolonizadores

- Crítica ao currículo oculto e eurocêntrico;
- Currículo como território em disputa (Tomaz Tadeu da Silva, Catherine Walsh);
- Incorporação de saberes tradicionais, orais e corporais;
- Experiências de currículos interculturalmente tensionados;
- Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola: especificidades, experiências e construção de práticas curriculares contextualizadas;
- Relações entre currículo, território e saberes de povos e comunidades tradicionais.

4. Oficinas como Estratégia Metodológica

- Fundamentos da educação popular e das pedagogias vivenciais;
- Elaboração de roteiros, sequências didáticas e materiais pedagógicos;
- Técnicas de facilitação de grupos e mediação de conflitos;
- Oficinas temáticas: gênero e raça, território, memória, direitos humanos.

5. Articulação Pedagógico-Curricular na Prática

- Desenho de projetos integrados: articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- Avaliação processual e emancipatória;
- Registro e socialização de experiências: portfólios, audiovisuais, mostras;
- Políticas educacionais e possibilidades de inovação pedagógica.

APÊNDICE B - BIBLIOGRAFIA PROGRAMÁTICA

ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

BRAGATO, F. F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 201-230, 2014.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. p. 17-62.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 25. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 321-334.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. An aesthetic of blackness: strange and oppositional. In: HOOKS, bell. **Yearning: race, gender, and cultural politics**. Boston: South End Press, 1990. p. 103-113.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. **World Archaeology**, Londres, v. 25, n. 2, p. 152-174, 1993.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 71-114, mar. 2008.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017.

MITCHELL, W. J. T. Imperial landscape. In: MITCHELL, W. J. T. (ed.). **Landscape and power**. 2nd ed. Chicago: University of Chicago Press, 2002. p. 5-34.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro: 1970-1990**. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. São Paulo: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42.

WALSH, C. (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito: Abya-Yala, 2013.

APÊNDICE C - PORTARIA DE COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPC

1/2025, 15:45 SEI/IFTO - 2982541 - Portaria de Pessoal

Boletim de Serviço Eletrônico em 1

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Palmas
Gabinete da Direção-Geral

PORTARIA PAL/REI/IFTO Nº 818/2025, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

A DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* PALMAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeada pela Portaria nº 379/2022/REI/IFTO de 07 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 8 de abril de 2022, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão responsável pela elaboração de proposta para criação de especialização intitulada "Especialização em Decolonialidade: Ensino, Territórios, Saberes e Existências, com Ênfase Interdisciplinar em Geografia, História, Filosofia e Sociologia", no Campus Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Tocantins, conforme segue:

Nome	Matrícula Siape	Função
Juliana Abrão da Silva Castilho	2821073	Presidente
Loulou Hibrahim ELias	1606425	Membro
Mariane Freiesleben	1835665	Membro
Marina Ribeiro Pereira	1583794	Membro

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 3º Encaminhe-se à Gerência de Gestão de Pessoas para providências.

NOEMI BARRETO SALES ZUKOWSKI
Diretora-Geral do *Campus* Palmas

Documento assinado eletronicamente por **Noemi Barreto Sales Zukowski, Diretora-Geral**, em 19/11/2025, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2982541** e o código CRC **E10FAE68**.

Quadra 310 Sul, Lo 5, s/n, esquina com a Avenida NS 10 - Plano Diretor Sul — CEP 77.021-090
Palmas/TO — (63) 3236-4000
portal.ifto.edu.br — palmas@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23236.023360/2025-88 SEI nº 2982541

file:///C:/Users/USUÁRIO/Downloads/Portaria_de_Pessoal_2982541.html

APÊNDICE D - COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

Boletim de Serviço Eletrôni

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Reitoria
Campus Palmas
Gabinete da Direção-Geral

PORTARIA PAL/REI/IFTO Nº 572/2026, DE 26 DE AGOSTO DE 2026

A DIRETORA-GERAL DO *CAMPUS* PALMAS, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeada pela Portaria REI/IFTO Nº 694, de 13 de maio de 2026, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2026, Seção 2, no uso das atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores a seguir relacionados, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão responsável pela condução do processo seletivo para o ingresso dos estudantes no curso de **Pós-Graduação Lato Sensu em Decolonialidade: Educação, Territórios, Saberes e Existências**, do *Campus* Palmas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, em conformidade com a Instrução Normativa nº 5/2019/REI/IFTO, de 12 de novembro de 2019:

Comissão Processo Seletivo		
Nome	Matrícula Siape	Função
Juliana Abrão da Silva Castilho	2821073	Presidente
Mariane Freiesleben	1805665	Membro
Khellen Cristina Pires Correia	1981696	Membro
Deine Danielle Lelis Gori	1894567	Membro
Loulou Hibrahim Elias	1606425	Membro
Denise Lima Oliveira	1485989	Membro
Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal	1646019	Membro
Patrícia de Jesus Sales	1299601	Membro
Fabrício Barroso dos Santos	3002241	Membro
Patrícia Amanda Serafim	3323348	Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Encaminhe-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

NOEMI BARRETO SALES ZUKOWSKI
Diretora-Geral do *Campus* Palmas

Documento assinado eletronicamente por **Noemi Barreto Sales Zukowski, Diretora-Geral**, em 26/08/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3305183** e o código CRC **DC24C080**.

Quadra 310 Sul, Lo 5, s/n, esquina com a Avenida NS 10 - Plano Diretor Sul — CEP 77.021-090
Palmas/TO — (63) 3236-4068
portal.ifto.edu.br — palmas@ifto.edu.br

Referência: Processo nº 23236.023360/2025-88 SEI nº 3305183